



SINPEEM

A FRAGMENTAÇÃO DA LUTA É O CAMINHO DA DERROTA! PARA DERROTAR OS ATAQUES DE NUNES PRECISAMOS DA MAIS AMPLA UNIDADE NA GREVE! PARA CONSTRUIR A MAIS AMPLA UNIDADE, PRECISAMOS DERRUBAR A BUROCRACIA SINDICAL!

Boletim nº 19 / 30/03/2025

O governo Nunes já declarou abertamente a sua disposição para privatizar a educação pública paulistana. Para isso tem aprofundado os ataques aos trabalhadores da educação, retirando direitos e salários e impondo nas escolas uma clara política de pressão por aumento da produtividade, no caso, dos índices de proficiências nas avaliações externas através de estabelecimento de metas. Somam-se a isso, a abertura para a entrada de policiais nas escolas - facilitando a militarização e o aumento brutal da exploração das trabalhadoras terceirizadas, que vivem constantemente com atrasos dos salários. Além de todos estes ataques, vivemos sob um intenso arrocho salarial, extremamente defasado frente ao custo de vida e à inflação que, acumulada ao longo dos anos, abre caminho para a implementação total da política de subsídios como saída ilusória de melhor remuneração, e que já aparece na educação na forma de abono complementar, congelando os salários dos professores por muitos anos e distorcendo o plano de carreira. Frente a estes ataques e a correspondente disposição de lutas dos trabalhadores, a política das burocracias sindicais tem sido a da contenção das lutas e, por isso, estas direções são o principal obstáculo dos trabalhadores da educação, no caminho da resistência aos ataques e das lutas pela conquista por melhores condições de trabalho e salários.

PARA QUE SERVIU A “CONQUISTA” DA LIMINAR?

A liminar contra a redução da jornada e salário dos professores readaptados, contida na lei 18.221, foi cantada como “vitória” pelas direções sindicais. Na verdade, serviu ao governo Nunes como arma contra a mobilização, suspendendo a medida judicial a dois dias úteis da assembleia da Coeduc. Agora, com a possibilidade de os sindicatos utilizarem recursos em relação ao julgamento dessas liminares, ainda é utilizada para desmobilizar, desviando o caminho da greve para a via judicial.

É preciso que os servidores tenham clareza de que as liminares fazem parte do processo da justiça burguesa e, portanto, podem ser derrubadas a qualquer momento.

O QUE AS DIREÇÕES FIZERAM ATÉ O FIM DE MARÇO E O QUE ESTÃO FAZENDO AGORA?

Na assembleia do dia 18/3, as direções da Coeduc manobram para não aprovar a greve, colocando a proposta em votação no momento em que a maior parte dos trabalhadores presentes estavam tentando se abrigar da forte chuva. Falsificaram a decisão da maioria que, diante da negativa de greve, votou por nova assembleia e greve a partir de 27/3. As burocracias impuseram nova assembleia apenas em 30/04, além de fragmentar a luta com paralisações e atos regionais nas DREs organizados isoladamente. O calendário de “mobilização” - imposto com a manobra da diretoria - foi entregue impresso aos trabalhadores assim que a assembleia foi encerrada. O argumento utilizado pela burocracia da Coeduc - e legitimado pelas correntes da Oposição Unificada, que compõem a direção, foi de mobilizar nas regiões e preparar para a luta pelo salário, perto da data base, criando até lá um “estado de greve”. O fato é que esta mobilização e preparação poderiam ter sido feitas nos 45 dias anteriores à assembleia de 18/03.

ENTÃO, POR QUE NÃO O FIZERAM?

A política levantada como “inovação” de luta, dividindo a mobilização entre os trabalhadores para que “a reposição seja menor” é um claro ataque à greve como método de luta e mais uma forma de conciliar

com o governo, pois demanda que o atendimento nas escolas seja mantido em dias de paralisações (nas regiões das 12 DREs sem atos); inclusive, os atos regionais na porta das DREs estão marcados fora do horário de aula, como determinou a prefeitura, para desmobilizar ainda mais os professores. As direções sindicais buscam, de toda a forma possível, evitar que os trabalhadores construam uma forte greve, porque no enfrentamento direto contra o governo, a posição traidora dos burocratas torna-se mais evidente e, portanto, mais débil e mais propensa a ser superada. Um exemplo disso é a demanda pelo fundo de greve, entendida pelos trabalhadores como uma necessidade real no enfrentamento mais duro com os governos, já que a própria burocracia legitimou, na última greve, o corte de ponto como medida justa do governo para vender a ideia de "vitória" com a negociação do pagamento dos dias parados mediante reposição. A postura da burocracia tem sido a de expor e atacar os trabalhadores que precisaram do fundo oferecido pelo sindicato (depois de muita pressão dos grevistas), alegando que eles não devolveram o dinheiro após receberem o pagamento dos dias parados. Ou seja, a burocracia abertamente defende que o sindicato atue como uma instituição financeira e não como um instrumento de organização e luta dos trabalhadores que contribuem mensalmente com parte de seus salários para este fim. Uma greve forte e longa colocaria os trabalhadores também no enfrentamento direto com estas burocracias, afinal, se alegam prejuízo com o fundo de greve, que abram os caixas do sindicato para que os trabalhadores decidam como utilizar suas contribuições para fortalecer a luta.

O QUE FAZER CONTRA O IMOBILISMO E TRAIÇÃO DAS DIREÇÕES?

A única possibilidade de os trabalhadores demonstrarem força diante da prefeitura patronal é a unidade na luta, com os métodos da classe, aprovando a GREVE imediata e ocupando as ruas com protestos, piquetes e bloqueios com a mais ampla união de todos os setores. Para isso, mais do que romper com o divisionismo das direções sindicais - preocupadas com seus cargos e vantagens - é preciso enfrentá-las e superá-las na defesa dos nossos interesses! Não importa a que sindicato estejamos filiados, essa divisão não é da categoria, é das direções burocráticas e divisionistas. Nosso interesse é a conquista das nossas reais necessidades. Por isso, a paralisação das escolas e as manifestações regionais devem romper com o peleguismo das burocracias sindicais que, através de manifestações pacíficas e reuniões conciliatórias com os agentes do governo nas DREs, buscam controlar o ímpeto de luta dos trabalhadores.

Devemos exigir a greve unificada de todo o funcionalismo municipal, dos professores da rede estadual (que já aprovou greve a partir do dia 25 de abril) e das trabalhadoras terceirizadas, que também têm lutado de forma isolada contra a precarização do trabalho e os atrasos de salário e de benefícios. Mais do que tudo, devemos atropelar as direções sindicais impondo nossos métodos de luta, construindo manifestações classistas, com bloqueios de vias importantes, piquetes e ocupações!

SE AS DIREÇÕES SINDICAIS SÃO INCAPAZES DE ORGANIZAR A LUTA NECESSÁRIA PARA ENFRENTAR OS ATAQUES E A PRIVATIZAÇÃO DAS ESCOLAS, QUE SEJAM VARRIDAS! ABAIXO A 18.221 E AS POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO! POR AUMENTO REAL DE SALÁRIO! PELAS REIVINDICAÇÕES DE SALÁRIO E REDUÇÃO DE JORNADA DO QUADRO DE APOIO! PELA EFETIVAÇÃO DAS TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS! FORA A POLÍCIA DAS NOSSAS ESCOLAS! PELA CONSTRUÇÃO DA GREVE UNIFICADA ATRAVÉS DOS COMANDOS DE BASE! PELA RECUPERAÇÃO DOS NOSSOS INSTRUMENTOS DE LUTA! ABAIXO A BUROCRACIA! DEFESA DA DEMOCRACIA OPERÁRIA NAS ASSEMBLEIAS. BASTA DE MANOBRAS!

UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



INDEPENDENTES